

ENTREVISTA COM JOÃO FRAGOSO: OS 20 ANOS DO ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS EM PERSPECTIVA

ERIC FAGUNDES DE CARVALHO*
MYLENA PORTO DA GAMA**
LUIS HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS***

Em 2021, longe das ideais condições de pesquisa e financiamento, e em uma universidade esvaziada pelos reflexos da maior crise sanitária e política em muito tempo, um grupo de historiadores dedicados à história do Brasil Colonial e do Império português se reuniu para debater os 20 anos de publicação do livro *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* – um marco da historiografia nacional, sobretudo aos estudiosos da América Lusa e suas relações sociais, políticas e econômicas com a dilatada monarquia que a gerenciou. Capitaneado pelos professores João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, o livro instigou perspectivas plurais sobre o período, colocando em novos termos paradigmas então sólidos nas universidades brasileiras. A ocasião deu oportunidade a um largo debate com professores que há muito fazem parte da trajetória do grupo, em interlocução com respeitados pesquisadores brasileiros, portugueses, espanhóis e estadunidenses. Como mestre de cerimônias, João Fragoso, professor do Programa de Pós-graduação em História Social e do Instituto de História da UFRJ, articulou essas proveitosas trocas, em um esforço significativo empreendido junto à professora Maria Fernanda Bicalho. 20 anos mais tarde, mais uma vez foram capazes de estimular diferentes análises interpretativas entre alunos e, certamente, outros professores.

Neste número da *Ars Historica*, em dossiê que também rememora a publicação do livro, o professor falou aos editores. E contou um pouco sobre a trajetória do grupo formado em finais

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), Bolsista CAPES. Mestre em História Social pelo mesmo PPGHIS-UFRJ e editor-chefe da revista *Ars Historica* (E-mail: ericdecarvalho@hotmail.com).

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), Bolsista CNPq. Mestre em História Social pelo mesmo PPGHIS-UFRJ e editora-executiva da revista *Ars Historica* (E-mail: mylena.porto@hotmail.com).

*** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), Bolsista CAPES. Mestre em História Social pelo mesmo PPGHIS-UFRJ e membro do comitê editorial da revista *Ars Historica* (E-mail: luissantoshenrique@yahoo.com.br).

da década de 1990 a partir de uma abrangente rede de contribuições historiográficas – perpassando instituições de ensino e pesquisa na Europa e nas Américas. Como marca, aproveitaram um ambiente de ampla renovação historiográfica nas duas margens do atlântico, a ainda fresca abertura política, especialmente nas universidades, e o processo de profissionalização da pesquisa histórica no Brasil.

Professor Titular da UFRJ desde 2005, e doutor pela UFF desde 1990, durante muito tempo João Fragoso fora reconhecido por suas contribuições em História Econômica junto ao professor Manolo Florentino – especialmente com a publicação de *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840)*. Obra que foi capaz de marcar o itinerário de pesquisa de toda uma geração de novos professores – e por um bom tempo. Deste espaço de observação, garantido por longos anos de serviço em importantes instituições de ensino e pesquisa do país, ele nos falou sobre o grupo. Falou, também, sobre ensino, pesquisa, sobre novas perspectivas e, naturalmente, sobre o Brasil.

Pensamos em começar com uma pergunta que poderia te deixar bem livre para falar sobre a trajetória do grupo. Como surgiu o ART? A partir de quais pressupostos teóricos? E quais questões historiográficas o grupo ajudou a desenvolver?

João Fragoso: Primeiro, o *Antigo Regime nos Trópicos* surgiu no formato de livro e como resultado de três experiências pessoais diferentes: a minha, da Fernanda e da Fátima. Todas as três consistiram em contatos com a historiografia portuguesa. Fernanda fez o seu estágio doutoral, o que hoje chamamos de Bolsa Sanduíche, em Lisboa. A Fátima, já como doutora, ganhou uma bolsa de pesquisa também para fazer pesquisas em Portugal. Nessas temporadas elas tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos do Hespanha, do Nuno Gonçalo Monteiro, entre outros investigadores. Estou falando dos anos 1990, uma década extremamente rica para a historiografia portuguesa, não só no que diz respeito à consagração historiográfica do Hespanha, mas também pela publicação de diversas investigações inovadoras sobre Portugal da Época Moderna e de seu ultramar. No caso do Hespanha, sua tese foi publicada, em português, em 1989. Nos anos seguintes suas ideias começaram a fincar raízes na historiografia. Além disso, na mesma época, ele orientou a pesquisa doutoral de Nuno Gonçalo e, salvo engano, influenciou os estudos de Mafalda Soares da Cunha. Eu cheguei em Portugal no início de 1996 para fazer o meu pós-doutoramento. Para mim, ao lado do Hespanha, outro autor teve

uma importância fundamental: o Luís Filipe Thomaz. Pouco tempo antes, o seu “*De Ceuta a Timor*” fora editado. Um trabalho excepcional que, entre outros temas, me permitiu entender o princípio da economia das mercês, ou o papel da dádiva, no Antigo Regime luso¹. Através daquele livro, apesar de tratar do Estado da Índia, comecei a entender melhor a distribuição de sesmarias pela Coroa lusa no Brasil. Até então, a historiografia brasileira estudava as sesmarias como um instituto pura e simplesmente de ocupação de terras. Conforme a interpretação marxista da época, a sesmaria era um fenômeno econômico cujo resultado foi produzir a concentração fundiária no país. Na década de 1990, no Brasil, estávamos longe de compreender a sesmaria como uma *dádiva*, ou seja, a remuneração de serviços prestados no interior de uma monarquia. Ninguém tinha essa ideia. Nessa época, fugia à nossa historiografia o sistema de representações do Antigo Regime, ou o modelo de sociedade católico no qual ocorria a distribuição de terras na América lusa. Nós não tínhamos a percepção de que o vassalo, ao receber sesmarias, transformava-se em devedor de uma dívida impagável; à semelhança da graça da vida concedida pelo pai ao filho. Aquele instituto reforçava o sentido de pertencimento do vassalo americano à monarquia lusa.

A hipótese de uma Monarquia baseada na *justiça distributiva* – a distribuição de dádivas pelo rei conforme a qualidade social e/ou serviços a ele prestado – para Fátima e a Fernanda, veio através dos textos do Hespanha. Para mim, tal ideia chegou por meio da leitura não só do Hespanha, mas, fundamentalmente, do Luís Filipe Thomaz. O texto do Hespanha com a Ângela Xavier, “A economia do dom”, é teórico². Já o “*De Ceuta a Timor*”, de Luís Thomaz, não. Apesar de ele não trabalhar com o conceito de “economia do dom”, ao explicar a montagem do Estado da Índia por meio da remuneração de serviços, ele aplicou as mesmas ideias de fundo da *economia do dom*.

Portugal da década de 1990 estava efervescente, foram os anos da sua incorporação de fato na economia europeia. Metade do meu pós-doutorado aconteceu em Lisboa e a outra metade na Universidade de Minnesota (Estados Unidos). Mas o que, definitivamente, interferiu na minha formação foi essa estadia portuguesa.

Eu já conhecia, no Brasil, a micro-história italiana através das suas traduções em francês. Na ocasião, como hoje ainda, me identifico mais com as publicações de Giovanni Levi e menos com as de Ginzburg. Entretanto, foi nos Estados Unidos que comecei a adentrar nessas

¹ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

² XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 113-140.

discussões. Na biblioteca de Minnesota, procurei ler tudo ao meu alcance sobre micro-história e tirei muitas xerox, pois a universidade me franqueava uma quantidade gratuita de cópias por mês.

Enfim, o pós-doutorado significou uma ruptura na minha carreira. Nele tive a oportunidade de conhecer a recente historiografia portuguesa e as novidades da época em História social e econômica. Eu saí de Portugal com uma quantidade imensa de livros, como os de Hespanha, Sanjay Subrahmanyam e Nuno Monteiro – no caso, o “*Crepúsculo dos Grandes*”³. Além desses autores pude conhecer as teses recém defendidas, pois diversas delas viraram livros. Tudo isso proporcionou que meu encontro com a Fernanda e com a Fátima ocorresse sob o viés do Antigo Regime e uma nova leitura sobre o império lusa. Um viés *à lá* Hespanha, sublinhando a ideia de dádivas e o entendimento das sesmarias não só como uma forma de acesso à terra, mas sim como uma dádiva concedida pelo rei, ou seja, uma das tantas relações de reciprocidade desigual que – à base da *economia do dom* ou, o que é o mesmo, da *graça* dada por sua majestade impagável pelos vassalos – sustentavam a monarquia. A partir dessa ideia, começamos a trocar figurinhas, estabelecendo coisas em comum.

Na ocasião, já tínhamos contato com a Civilização Brasileira, através do Manolo Florentino. Aliás, poucos sabem, mas deve-se a ele à publicação em português da “*Herança Imaterial*” de Levi⁴. Salvo engano, em 2000 apresentamos a editora a proposta de montar uma coletânea sobre o império luso na época moderna. Na verdade, na ocasião, não tínhamos muito claro as consequências de entender a América lusa enquanto um *Antigo Regime nos Trópicos*; apesar de em 1999 nós três termos escrito o artigo “*Uma leitura do Brasil Colonial*” e nele já sugeríamos a importância de compreender a então chamada sociedade colonial através das instituições do Antigo Regime Católico e percebê-la tendo como pano de fundo as suas conexões com o império ultramarino (como Angola e o Índico). Nesse artigo, já sublinhávamos, por exemplo, a importância dos ofícios régios – Governador de capitania, capitão de fortaleza, provedor da fazenda, escrivão da ouvidoria, entre outros – serem entendidos como dádivas, e dos municípios como comunidades políticas que negociavam com

³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes**: a Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1825). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998a.

⁴ LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

o Centro da Monarquia⁵. Ou ainda, quando rascunhamos aquele artigo, sabíamos que a monarquia lusa era a única da Europa da época moderna sustentada por seu ultramar⁶. Enfim, sabíamos que a dita coletânea era uma novidade no Brasil, contudo, tínhamos claro que se tratava ainda de um *work in progress*.

A editora se interessou pela ideia do livro e, em particular, com a proposta da Fernanda e da Fátima escrevê-lo com historiadores portugueses. Tanto que *O Antigo Regime nos Trópicos* publica pela primeira vez textos de autores como Nuno Monteiro e António Hespanha, no Brasil. Na ocasião, sublinhei a importância de também convidar pessoas que trabalhavam com temas sobre a África e a Ásia – que no caso eram o Roquinaldo Ferreira e o Luiz Frederico Dias Antunes⁷, que foi aluno do Luís Felipe Thomaz. Assim, a própria arquitetura do livro – ao contar com capítulos sobre Portugal, Angola e a Índia lusa – reforçava a tese de entender o Brasil como parte de uma monarquia, como algo imprescindível para interpretá-lo. A composição do livro deixava isso claro. Ele teve mais capítulos sobre o Brasil, porém contava com a preocupação de compreender melhor a lógica da sociedade da América lusa tendo a monarquia católica como pano de fundo. Afinal, práticas como negociações da periferia com a Coroa, a *justiça distributiva*, e instituições como o município não eram fenômenos restritos ao Brasil. Se faziam presentes também em outras conquistas ultramarinas e no próprio Reino.

Naquele momento aplicávamos a ideia de império. Nenhum de nós conhecia o conceito de monarquia pluricontinental, ou, sendo mais exato, o Nuno ainda não tinha começado a construir esse conceito. Na ocasião, usávamos a ideia de Império entendido com um centro político, mas que para se manter precisava, continuamente, estabelecer conversas com a periferia. Para nós, então, tratava-se de redefinir a noção de centro e periferia e com ela a ideia de um centro todo poderoso e de uma periferia dependente, portanto, descerebrada. Cabe sublinhar que, nas historiografias europeias, norte-americana e mesmo latino-americanas, o tema do subdesenvolvimento e da dependência já estava mais do que ultrapassado, desde os anos de 1970. O mesmo, infelizmente, não ocorria no Brasil. Então, as hipóteses de negociação, de uma Monarquia cuja própria arquitetura política pressupunha negociações do centro com as suas periferias, hoje chamadas de conquistas, atravessavam o livro.

⁵ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império. **Penélope. Fazer e desfazer a História**. Lisboa: n. 23, pp.67-88, 2000.

⁶ Essa ideia está presente no livro de Nuno Gonçalo Monteiro, **O Crepúsculo dos Grandes**: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1825). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998a.

⁷ Docente da Universidade de Lisboa.

Agora, como aparece o nome ART? É curioso: esse nome, na verdade, é uma ideia da Fátima. A sugestão aparece, literalmente, como um Antigo Regime nessa América lusa. Essa última sociedade possuía na base de sua organização política e social, instituições como município, como no Porto e Évora, leia-se: cidades do Reino. Enfim, nessa América existia a administração periférica, a exemplo dos governadores, provedores da Fazenda, ouvidores e tabeliães, ou seja, ministros e oficiais fora dos conselhos palacianos – presentes em Lisboa. Aliás, justamente como ocorria em Portugal, Angola, e no Estado da Índia. Na época, o título do livro não resultou de uma acalorada discussão entre nós três, mas sim de uma constatação. Hoje, esse título cada vez mais se apresenta como um conceito capaz de ser um modelo interpretativo, ou, pelo menos, auxiliar na leitura, seja do Brasil, seja da monarquia lusa. Aquele título surgiu em um almoço, a Fátima disse: “Vamos pensar o nome do livro. Por que não Antigo Regime nos Trópicos?”. Então, ficou. A saudosa Fátima tinha por hábito fazer no início de nossas discussões, a exemplo das aberturas dos programas de rádio dos anos de 1970, o seguinte anúncio: “o ART está no ar!”.

A vendagem do livro foi extraordinária, e isso em pouquíssimo tempo. Ficamos assustados, satisfatoriamente assustados. Tanto nós três quanto a editora. Já no primeiro ano a primeira edição se esgotou e, principalmente, alcançou as universidades.

Uma vez constituído o ART como grupo de pesquisa filiado ao CNPq, uma de suas principais preocupações era o link com as universidades internacionais. Tal preocupação deveu-se muito à formação da Fátima. Ela fez o doutorado na John Hopkins e o mestrado na Inglaterra, ou seja, a sua formação na pós-graduação foi em universidades com tradição internacional. Assim, ela tinha em mente a inserção do ART em redes internacionais, seja através de participações em seminários ou através da confecção de projetos com parceiros estrangeiros. Aqui é importante destacar que estávamos no governo Lula, em que a educação e, em especial, a produção científica foram incentivados. Basta lembrar da multiplicação das linhas de financiamento do CNPq. Com isso o ART pode elaborar diversos projetos de investigação. Como resultado, estabelecemos uma rede que englobava universidades como a UFF, a UFJF, a UFRRJ, a UFRJ, o ICS da Universidade de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Évora. Além disso, tivemos parcerias por anos com a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e, antes da crise de 2016, nossa última pesquisa foi financiada pela Fundação de Ciência e Tecnologia – Portugal (FCT). Um dos produtos de tal investigação

foi o livro “*Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*”⁸. Obviamente, além daquele livro vários outros foram publicados nas primeiras décadas do século XXI como resultados dos financiamentos de pesquisa recebidos pelo ART⁹.

Enfim, grosso modo, essa é um pouco da trajetória do grupo, e nela a criação de uma ampla rede nacional e internacional foi de extrema importância. A ideia agora é tentar recuperar essas redes, restabelecer a prática dos seminários internos mensais.

Por fim, uma das grandes contribuições do ART para a nossa historiografia, foi de ultrapassar a visão do Brasil como um grande canal submetido aos humores da Metrópole ou do capital internacional, ou de quem fosse. A nossa historiografia, durante longa data, pareceu responsabilizar os outros pela sua própria história. Acredito que o ART contribuiu e ainda ajuda a entender a sociedade brasileira como responsável pelos seus atos. Era preciso tornar mais complexa a leitura do país. Usando as palavras de Hespanha, “se podemos tornar as análises mais complexas, a façamos”.

Um dos últimos movimentos do ART que mais me chamou a atenção foi a realização de dois seminários. Um a nível nacional, em 2019, e outro internacional, em 2021, relembrando os 20 anos da publicação do livro. Qual foi o balanço desses encontros, tendo como eixo a oportunidade de discutir com pesquisadores das mais diversas orientações teóricas e metodológicas? E quais são os próximos passos do grupo?

João Fragoso: Na última mesa do seminário de 2021 tivemos exatamente um balanço com os autores que participaram da publicação do livro. Alguns deles, inclusive, não mais concordam com o livro de 2001, mas todos avaliam que o ART foi, e ainda é, fundamental para repensar o chamado Brasil Colonial e a Monarquia lusa. O balanço que foi feito na ocasião é de que o ART contribuiu para a historiografia de um modo geral. Ou, falando bem ou falando mal, o fato é que o ART chegou e fincou as suas raízes.

⁸ FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) **Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil Angola, séculos XVII e XVIII**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁹ Entre eles: FRAGOSO, João GOUVÊA, Mária de Fátima, **Na Trama das Redes: Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; FRAGOSO, João & SAMPAIO, Antônio. C. J. (Org.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso, séculos XVI-XVIII**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012; FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes; SAMPAIO, A. C. J. (Org.). **Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII – XVIII**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

Sobre as propostas daqui em diante, o que eu, particularmente, estou muito interessado, e acho que a geração de vocês também deve ficar cada vez mais atenta, são as chamadas humanidades digitais. Confesso que nada entendo disso. Entretanto, sei que alguns softwares são capazes de constituir instrumentos de trabalho extraordinários para a investigação histórica. Por exemplo, o grupo do ART encabeça um projeto, contemplado recentemente com financiamento, em um desses aplicativos: o *Transkribus*. O objetivo do projeto é montar um banco de dados, a partir de todas as escrituras dos Livros de Notas dos Tabelionatos de Salvador da Bahia, entre 1664 (ano do primeiro livro) até 1800, originariamente depositadas no Arquivo Público da Bahia. Essas escrituras foram digitalizadas por iniciativa, entre outros, do professor João José Reis, da Universidade Federal da Bahia, e a British Library, e hoje estão disponibilizados no site desta instituição para o público em geral¹⁰. Tal acervo corresponde a mais de setenta e seis mil imagens sobre as nossas vidas. Portanto, de imediato, tal iniciativa representou a conservação de uma parte essencial da documentação da cidade que foi durante muito tempo a cabeça política do Estado do Brasil. Trata-se de uma documentação essencial para a nossa história. Caso me permitam, antes de continuar: Deus salve a Rainha! Deus salve a Universidade pública e, em particular, a UFBA!

A importância desse acervo fica mais evidente quando nos lembramos de sua composição. Os Livros de escrituras de notas dos tabelionatos, contém, entre outras fontes: testamentos, vendas, dotes, créditos, doações, fianças, patrimônios para a vida clerical, etc. No século XVI como hoje, tudo aquilo que você queira publicizar, conferindo-lhe legalidade, você registra nos tabelionatos. Isso, talvez, seja mais certo para o passado. Por exemplo, se Romeu quisesse proclamar o seu amor a Julieta, no século XVI, ele publicaria em um livro de notas. Não havia uma grande imprensa, mas podia-se escrever em um livro de notas. Então, é absolutamente tudo o que aquela sociedade pretendesse publicizar. Insisto: movimentos de venda, de hipoteca, de casamentos (dotes), alforrias, etc. Tem aparecido um volume imenso de alforrias desde o século XVII nos livros baianos, um fenômeno que desconhecia e não esperava. Enfim, uma infinidade de documentos que são seriados, leia-se: que se repetem no tempo.

Como afirmei, estamos trabalhando com o *Transkribus*, um aplicativo que permite, identificada a caligrafia do escrivão, a transformação de palavras em fórmulas, grosso modo. Com essas fórmulas, o aplicativo é capaz de ler as demais imagens, centenas de imagens em

¹⁰ Para o acesso, ver: <https://eap.bl.uk/project/EAP703/search>

minutos. O *Transkribus* foi criado por uma universidade austríaca¹¹, tem sido aplicado por várias instituições e já apresenta resultados, como o Arquivo da cidade de Amsterdã. Em outras palavras, o que manualmente levaríamos décadas, o aplicativo faz um piscar de olhos. Da mesma forma, esse aplicativo contém um banco de dados primário capaz de localizar palavras. Por exemplo, se procuro por ‘Rio de Janeiro’ o *Trankribus* irá listar todas as imagens em que tal cidade aparece. É possível também aprimorar esse banco de dados. Não sei se vocês já usaram o banco de dados do Maurício de Abreu para a estrutura fundiária do Rio de Janeiro¹², mas trata-se de um banco dados excepcional, com base em alguns tipos escrituras publicas, que tem servido de fundamento para diversas teses de dissertações. Caso pudéssemos fazer algo semelhante ao elaborado pelo Mauricio de Abreu, já ficaria muito feliz.

Uma nova geração de historiadores precisa manejar esses recursos, particularmente em um ambiente em que cada vez mais se fala em *global*. Vamos dar consistência a essa história global, fazer com que ela deixe de ser o sexo dos anjos para se tornar algo minimamente baseado em fontes. Eu e Thiago Krause, por exemplo, estamos pensando em um projeto sobre as grandes cidades portuárias, que incluía Amsterdã, a Bahia e as Antilhas. Partindo do mesmo procedimento, com base nos livros de notas dos tabelionatos dessas cidades, poderemos cruzar nomes, informações e com elas conhecer mais as sociedades escondidas por de trás de seus portos e ligadas por rotas comerciais. Você verá negócios transatlânticos, mas também pessoas na complexidade de suas vidas: comprando aqui, casando acolá, e nesse interim fazendo doações para salvar suas almas. Reparem, esse tipo de banco serve não só para História econômica e social, mas também para qualquer tipo de História. Você pode fazer, aí sim, uma História global no sentido amplo da palavra, estudando a dinâmica social e cultural de várias geografias do globo. Em outras palavras, uma história global sensível às dinâmicas das sociedades vinculadas pelo mercado ou laços políticos. Para isso, o tabelionato é um local privilegiado para perceber a pulsação do cotidiano. Eu fico entusiasmado com essa possibilidade. Existem convênios entre universidades, especialmente norte-americanas e britânicas, para utilização de documentação cartorária, inclusive para o México do século XVI. E aí qual é a ideia? A de ciência aberta. Ou seja, pessoas de diferentes áreas do conhecimento, arqueólogos, historiadores, pesquisadores da computação e designers trabalhando juntos nesses projetos.

¹¹ Universidade de Innsbruck, Áustria.

¹² Banco de dados disponível *online* em: <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>

A preocupação atual do ART é de chamar a atenção para a necessidade de elaborar, pelo menos para o Brasil, bancos de dados com aquelas características. Afinal, o mesmo trabalho que estamos fazendo para a documentação do tabelionato de Salvador da Bahia – repito, já digitalizada, graças à British Library e à UFBA – pode ser feito para outros arquivos brasileiros. Nós temos, por exemplo, em papel, coleções completas da Câmara Municipal de Salvador e de São Luís. O ART e alguns de seus pesquisadores possuem a documentação dos tabelionatos do Rio de Janeiro, parte em microfilme e parte no formato digital. Imaginem todas essas coleções em bancos de dados e essas informações podendo ser cruzadas. E, mais, tais bancos com amplo acesso, via internet. Uma vez isso realizado, vamos diminuir tremendamente o custo do erário público para realização de pesquisas, a exemplo das de mestrado e de doutorado, já que você poderá fazer essas investigações de casa. Pode-se discutir, inclusive, a utilização desse material no ensino primário. Para mim, pelo menos, essa é a grande bandeira do ART agora.

Como o ART, como grupo de pesquisa, se insere nesses novos debates como, por exemplo, o da História Global?

João Fragoso: Você tem conexões, não há como negar. Afinal, para entender o Brasil no século XVIII é necessário compreender as suas relações com o Estado da Índia, com Benguela e com a Europa, por exemplo. O mundo, literalmente, está interligado, desde o século XVI, pelo menos, quando a Europa ultrapassou suas fronteiras e os otomanos chegaram às cercanias de Viena. Entretanto, essas conexões não autorizam ao historiador construir simplesmente castelos de cartas, ou seja, elaborar explicações sem base empírica. Da mesma forma, não nos permite retomar conceitos que foram ultrapassados como o de capitalismo comercial ou de sistema mundial capitalista. A crítica a esses conceitos foi feita nos anos 1970, 1980. Hoje, eles voltam com uma nova roupagem. Segundo Patrick O’Brien, a grande contribuição da periferia foi periférica. Esse é, inclusive, o título de um de seus clássicos artigos¹³. Aliás, um título magnífico, bem-humorado. Alguns dizem: “Ah, ele refez!”, mas refez não eliminando essa hipótese, até porque há demonstração empírica de que o mercado de consumo de Londres, segundado pelo consumo europeu, foram os grandes responsáveis por absorver os produtos da Revolução Industrial. O Capital sai dali. O tráfico internacional de cativos teve, é claro, consequências indiretas. Mas, ele, por si só, ficou longe de custear a Revolução Industrial. O

¹³ O’BRIEN, Patrick. European economic development: the contribution of the periphery. **The Economic History Review**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 1982.

comércio do Ocidente diante da China era deficitário durante a época Moderna! Isso foi demonstrado nos anos 1970.

Insisto, sobre a importância de construção de quadros teóricos capazes de explicar as ligações globais, sou completamente favorável. Há conexões! Agora, parece-me arriscado, por exemplo, explicar uma sociedade do século XVIII através de seu comércio externo. Reduzir o pulsar das relações sociais que davam vida às capitâneas, como Pernambuco ou Bahia do Setecentos, às suas vendas de açúcar na Europa, parece-me complicado. Sabe-se que os engenhos de açúcar brasileiros e alguns senhorios poloneses do século XVIII vendiam para o mercado internacional, porém, daí a compreender tais áreas como capitalistas, é algo, no mínimo, imprudente. Acredito ser uma construção intelectual mirabolante, para não dizer outra coisa, transformar o camponês do Leste europeu ou o escravo brasileiro, e outros sujeitos daquelas sociedades, em simples criaturas do capital: zumbis do capital.

Caso leiam, por exemplo, certos textos sobre as Antilhas inglesas e francesas, não raro o escravo é apresentado como capital fixo, leia-se, como máquinas ou objetos inanimados, como trabalho morto. Nas Ordenações Filipinas, os cativos, ao menos, aparecem como semoventes. Costumo brincar com os meus alunos dizendo que as grandes descobertas da historiografia internacional consistiram – principalmente depois dos Annales – em perceber que o camponês e os escravos faziam parte da humanidade. Portanto, eles pensavam e eram agentes de suas vidas, mesmo que submetidos à violência e a relações de reciprocidade desigual. Os escravos sabiam que viviam as hierarquias pautadas na desigualdade, e suas vidas os ensinara a lidar com elas, a atuar em meio as fissuras de tais cenários.

Vamos nos deter mais na América lusa, cuja produção, em parte, ia parar no mercado internacional, a exemplo da Bahia e o Rio de Janeiro. Para essas economias, sabe-se, através de pesquisas de longa data, que parte considerável de seu crédito vinha da Santa Casa de Misericórdia e do Juízo dos Órfãos. Portanto, sua procedência estava longe de ser dos comerciantes e casas bancárias europeias. Diante de tal constatação, cabe perguntar, por exemplo, o que era a Santa Casa de Misericórdia e como conseguia acumular recursos capazes de financiar engenhos e outras atividades naqueles trópicos. Esse mistério se desvanece quando lembramos que Bahia e o Rio de Janeiro eram sociedades católicas e, portanto, tementes aos desígnios de Deus. O medo das elites locais do purgatório os levava a doar parte de seus bens, em vida ou na eminência da morte, para a Santa Casa. Ela, por sua vez, ajudava a dotar jovens desamparadas e a cuidar de órfãos. Portanto, aqueles financiamentos tinham como pano de

fundo o sistema de representações cristão daquelas sociedades. Era o medo do sobrenatural, e não o “espírito capitalista” ou a ganância do capital, que custeava os negócios daquelas paragens.

Explicar os fenômenos econômicos do Atlântico, dos séculos XVII e XVIII, através do capitalismo é fácil, assim como o é também explicar os processos de centralidade política da época através do absolutismo. O único problema é que as explicações fáceis nem sempre se sustentam diante da empiria. Enfim, parte de nossa historiografia é ainda acometida de algumas teimosias ou de certos atavismos, digamos assim.

Sobre a posição do ART nesses debates, é importante lembrar do bom e velho Giovanni Levi: as questões são gerais, mas as pesquisas, ou as respostas, são sempre locais, específicas¹⁴. Essas pesquisas são locais exatamente para tentar rever ou refinar esses conceitos gerais. Rever ou, então, derrubar e construir algo em seu lugar. A História é geral, ela tem por objeto o iluminismo, a Monarquia, o Estado, a escravidão moderna nas Américas. A História não tem por objeto pura e simplesmente a aldeia camponesa pela aldeia camponesa. O historiador trabalha com a aldeia camponesa para entender a sociedade feudal. Agora, como trabalhar uma dada sociedade? Você tem que adentrar pela aldeia, pelo senhorio. Você tem que usar métodos e fontes que permitam entrar e seguir as pessoas que lhes deram vida. Ou seja, compreendê-las como pontos de encontro da pluralidade das relações sociais que produziram aquela sociedade.

A História global se vale de dados agregados e esses dados só começam a surgir a partir de finais do século XVIII. É a chamada aritmética política, informações produzidas pelo Estado para ter notícias sobre a população e a riqueza social. Esses dados agregados só surgem a partir desse instante. E, além disso, se valer de conceitos que, na verdade, são mais abstrações.

Como o senhor entende essa conexão do ART com a historiografia portuguesa, que tem como seu principal representante o professor António Manuel Hespanha?

João Fragoso: Da mesma forma que aqui no Brasil há resistência a alguns conceitos, ideias e leituras do Antigo Regime, em Portugal também tem. Leia-se: há tensões aqui e lá. Lembro de um livro que o Nuno Gonçalo Monteiro participou, que se chama “História de Portugal”¹⁵. É

¹⁴ LEVI, Giovanni. “Frail Frontiers?”. In. Global History and Microhistory. **Past & Present Supplement**, 14, vol. 242, nov. 2019. p. 37-49.

¹⁵ RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

um compêndio. Nele se vê claramente as conexões entre as conquistas ultramarinas com o reino em meio a Monarquia lusa. Por exemplo, a ideia de que a monarquia lusa, a partir de finais do século XV e início do século XVI, passa a ser cada vez mais sustentada por recursos vindos do ultramar. Primeiro pelo Estado da Índia e as costas africanas e, depois, pelo Brasil.

Em Portugal temos, há tempos, publicações que percebem os municípios como comunidades políticas com a capacidade de autogoverno. Conseqüentemente, o rei é entendido como cabeça da sociedade, porém sem se confundir com ela. Agora, persistem autores que ainda defendem a monarquia lusa como absolutista. O que eu posso fazer? Outros ainda veem os acontecimentos de 1385 como uma revolução burguesa. Esse último exemplo é um caso extremo. Enfim, essas tensões historiográficas continuam existindo.

Portugal, na verdade, vive algo mais grave, porque a historiografia portuguesa está fisicamente desaparecendo. Em uma temporada recente em Lisboa, Nuno me alertou que podia-se contar nos dedos as pessoas que trabalhavam com a elite aristocrática, por exemplo. A renovação dos quadros de historiadores é cada vez mais precária. O crescimento negativo da demografia portuguesa se traduz em uma historiografia que está sumindo. Você não tem quadros. Por exemplo, o programa de doutorado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, faz parte de uma federação de instituições. Trata-se de uma situação muito mais complicada. Trágica. Há menos empregos e, conseqüentemente, aqueles historiadores que são formados não encontram lugar em Portugal. Toda uma nova geração de pesquisadores portugueses – diga-se, extremamente qualificados – possui uma imensa dificuldade em encontrar empregos estáveis nas Universidades. Não é à toa que no Instituto de História (UFRJ), por exemplo, temos professores portugueses altamente gabaritados. Imagine quantos excelentes profissionais lusos não devem ter nos Estados Unidos ou espalhados pela Europa, onde a qualidade de vida é infinitamente melhor. Enfim, as pessoas estão saindo. Por que elas saem? Porque elas não conseguem emprego.

Na historiografia, e para as pessoas que estão produzindo hoje, essas leituras *à lá* Espanha se apresentam cada vez mais. Não só em Portugal, como também na Espanha, onde a influência John Elliott é imensa. Uma influência infinitamente maior. Eu não conheço as universidades espanholas; as portuguesas eu conheço minimamente. Mas, através dos livros que eu utilizo nos cursos de História Moderna, percebo, por exemplo, a ideia de monarquia

compósita como algo comum, como conceito consolidado, pelo menos até segunda ordem¹⁶. Na verdade, na Europa em geral o conceito de Absolutismo não mais domina as explicações sobre as monarquias no século XVII. Voltando a historiografia espanhola, a dádiva, ou seja, a possibilidade de o rei distribuir graças, é ponto pacífico, um conceito cada vez mais recorrente¹⁷. Com interferência direta desses dois autores, particularmente de John Elliott.

¹⁶ Entre outros, Cf. ELLIOTT, John. A Europe of composite monarchies. **Past & Present**, n. 137, p. 48-71, 1992.; GREENE, Jack. **Negotiated Authorities**: essays in colonial political and constitutional history. Charlottesville: University of Virginia Press, 1994.

¹⁷ FLORESTÁN, Alfredo (coord.). **Historia de España em la Edad Moderna**, Barcelona, 2004.